

MULTIDISPLAY COMÉRCIO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A. E CONTROLADA

CNPJ nº 04.193.879/0001-96

Demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto valores por ação)

20 Custos, despesas gerais e administrativas		Controladora			
		2019		2018	
Custos e desp. por natureza	Custo serv. presta-dos	Desp. gerais e admi-nist.	Custo serv. presta-dos	Desp. gerais e admi-nist.	Total
Custo dos créditos de recarga de celular	1.089.533	-	1.089.533	566.398	- 566.398
Despesas com vendas	-	21.288	21.288	-	13.113
Pessoal	126	12.878	13.004	984	6.495
Depreciações e amortizações	88	1.053	1.141	267	243
Serviços de terceiros	-	7.514	7.514	-	3.897
Aluguéis	-	731	731	-	686
Outros	-	2.691	2.691	580	2.188
Total	1.089.747	46.155	1.135.902	568.229	26.622

Custos e desp. por natureza		Consolidado			
		2019		2018	
Custo serv. presta-dos	Desp. gerais e admi-nist.	Custo serv. presta-dos	Desp. gerais e admi-nist.	Custo serv. presta-dos	Desp. gerais e admi-nist.
Custo dos créditos de recarga de celular	1.089.533	-	1.089.533	566.398	- 566.398
Comissões	-	-	-	9.960	- 9.960
Despesas com vendas	-	21.289	21.289	-	13.113
Pessoal	18.960	27.881	46.841	27.288	11.565
Depreciações e amortizações	13.012	1.340	14.352	9.509	386
Serviços de terceiros	10.072	29.622	39.694	-	18.824
Aluguéis	884	1.921	2.805	-	4.445
Outros	6	8.393	8.399	9.061	4.549
Total	1.132.467	90.446	1.222.913	622.216	52.882

21 Receitas (despesas) financeiras		Controladora			
		2019		2018	
Receitas financeiras		2019	2018	2019	2018
Rendimentos de aplicações financeiras		200	338	724	988
Descontos obtidos		18	109	18	403
Outras receitas financeiras		1	181	204	633
Subtotal - receitas financeiras		219	628	946	2.024

Despesas financeiras		Consolidado			
		2019		2018	
Juros e encargos financeiros		(2.091)	(30)	(2.197)	(143)
		(110)	-	(1.553)	-
Outras despesas financeiras		(272)	(96)	(611)	(1.620)
Subtotal - despesas financeiras		(2.473)	(126)	(4.361)	(1.763)
Receitas (despesas) financeiras		(2.254)	502	(3.415)	261

22 Instrumentos financeiros: a. **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** Como política de gestão de instrumentos financeiros, o Grupo busca permanentemente monitorar seus principais riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado. Os principais instrumentos financeiros do Grupo estão apresentados a seguir:

		Controladora			
		2019		2018	
Ativos financeiros	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	8.781	8.781	3.747	3.747
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	12.016	12.016	3.524	3.524
Partes relacionadas	Custo amortizado	19.247	19.247	37.926	37.926
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	74.230	74.230	45.609	45.609
Partes relacionadas	Custo amortizado	706	706	487	487
Arrendamentos	Custo amortizado	394	394	-	-

		Consolidado			
		2019		2018	
Ativos financeiros	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	23.198	23.198	10.920	10.920
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	38.888	38.888	20.375	20.375
Partes relacionadas	Custo amortizado	75.496	75.496	101.616	101.616
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	77.815	77.815	47.503	47.503
Contas a pagar - créditos de cartões	Custo amortizado	111.409	111.409	90.370	90.370
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.526	1.526	1.214	1.214
Arrendamentos	Custo amortizado	2.850	2.850	-	-

O Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. b. **Hierarquia do valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - *Instrumentos Financeiros*: Evidenciação define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação comum entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (i.e., dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (i.e., dados inobserváveis). Adicionalmente, o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito do Grupo, ao mensurar o valor justo de um passivo. O Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia: • **Nível 1** - Os "inputs" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a entidade deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela entidade. Neste nível o Grupo possui o seguinte ativo: Caixa e equivalentes de caixa. • **Nível 2** - Os "inputs" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços

praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Neste nível o Grupo possui os seguintes ativos e passivos: Contas a receber de clientes, Partes relacionadas (ativo e passivo), Fornecedores, Contas a pagar - créditos de cartão e Arrendamentos. • **Nível 3** - Os "inputs" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. O Grupo não possui ativos ou passivos classificáveis neste nível. **Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo:** O Grupo efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares aquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, não foi considerada a aplicabilidade desse ajuste, destacando-se as seguintes razões: • Contas a receber de clientes e partes relacionadas e fornecedores: curto prazo de vencimento, 30 dias em média. c. **Gestão dos riscos financeiros:** O Grupo está exposto aos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (taxa de juros), conforme descrito a seguir: **Risco de liquidez:** Representa a exposição do Grupo à insuficiência de recursos de alta liquidez para cumprir com suas obrigações financeiras, devido ao descasamento de prazos ou volume nos fluxos de caixa estimados do Grupo. O risco de liquidez é gerenciado por meio da manutenção de reservas adequadas, efetuando o contínuo monitoramento dos fluxos de caixa real e projetado e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A principal fonte de recurso do Grupo consiste em rendimentos de suas operações. Quando requerido, a Administração pode obter recursos com seu acionista controlador ou buscar recursos de terceiros sob a forma de empréstimos e financiamentos. As tabelas a seguir detalham a análise de liquidez do Grupo para seus passivos financeiros. A tabela foi elaborada com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados para os instrumentos financeiros. Quando o montante a pagar não é fixado, o montante divulgado foi determinado por meio da projeção de taxas de juros conforme a curva de remuneração destas taxas ao final do exercício:

Controladora		
31/12/19		
Exercício	Caixa e equiv. de caixa, Contas a receber de clientes e Partes relacionadas	Fornecedores, Partes relacionadas e Arrendamentos
2020 - Total	40.044	76.009
31/12/18		
Exercício	Caixa e equiv. de caixa, Contas a receber de clientes e Partes relacionadas	Fornecedores, Partes relacionadas e Arrendamentos
2019 - Total	45.197	46.096
Consolidado		
31/12/19		
Exercício	Caixa e equiv. de caixa, Contas a receber de clientes e Partes relacionadas	Fornecedores, Partes relacionadas e Arrendamentos
2020 - Total	137.582	204.919
31/12/18		
Exercício	Caixa e equiv. de caixa, Contas a receber de clientes e Partes relacionadas	Fornecedores, Partes relacionadas e Arrendamentos
2019 - Total	132.911	139.087

Risco de crédito: se refere ao risco da possibilidade de descumprimento ("default") de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para o Grupo. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam o Grupo à concentração do risco de crédito são primariamente: o caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática do Grupo é depositar o caixa e equivalentes de caixa em títulos de renda fixa de instituições financeiras com adequados níveis de classificação ("ratings") de crédito. O Grupo limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Quanto ao saldo de contas a receber com terceiros e partes relacionadas, a Administração entende que os procedimentos internos de estabelecimento de créditos são adequados visando mitigar as perdas em suas contas a receber. Quando requerido, provisões para perdas são constituídas conforme critérios descritos na nota explicativa nº 4.2. Os montantes de exposição máxima desses instrumentos financeiros estão divulgados nas notas explicativas nº 5, nº 6 e nº 9, respectivamente. **Crêditos, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos:** Em 31/12/19 a Administração do Grupo procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração baseou-se nas seguintes premissas: • **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. • **Contas a receber e a pagar a partes relacionadas:** A Administração do Grupo entende que o valor justo se aproxima do saldo contábil considerando as condições comerciais entre as partes. • **Contas a receber de clientes e fornecedores (terceiros):** Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração do Grupo entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. Adicionalmente, os montantes do contas a receber de clientes e fornecedores divulgados nestas demonstrações financeiras não diferem, significativamente, dos seus respectivos valores justos devido ao fato do giro dessas contas ser de, aproximadamente, 30 dias. **23 Seguros:** A contratação de seguros leve em consideração as políticas internas do Grupo e os riscos envolvidos, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade do seguro	Principais coberturas	Vigência		Limite máximo de indenização
		De	Até	
Seguro patrimonial	Incêndios e explosões	14/11/19	18/02/20	7.920
Seguro patrimonial	Acidentes	09/03/19	09/03/20	160
Seguro patrimonial	Acidentes	19/11/19	19/11/20	200

24 Transações que não afetam o caixa: Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de in-

vestimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa do Grupo. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	Controladora Consolidado			
	2019	2018	2019	2018
Registro de direito de uso de imóveis de terceiros	1.305	-	13.757	-
Subtotal - atividades de investimento	1.305	-	13.757	-
Proposta para pagamento de dividendo adicional	20.915	21.372	20.915	21.372
Subtotal - atividades de financiamento	20.915	21.372	20.915	21.372
Total de transações não envolvendo caixa	22.220	21.372	34.672	21.372

25 Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração da Cia. autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 14/02/20.

Diretor Presidente: Ricardo Bardawil Barbosa; **Diretor Financeiro:** Flávio Mundim Guimarães. **Contador:** Monica Cordeiro de Lima - CRC RJ-101683/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Cia."), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/19 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. em 31/12/19, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpri-mos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e sua controlada. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Osasco, 14/02/20. KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP-028567/F; João Paulo Dal Poz Alouche - Contador CRC 1SP245785/O-2

Id: 2269203

CEMEPE INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 93.828.986/0001-73 - NIRE 33300163221 - Cia Aberta
Ata Sumária da AGO - Hora, Data e Local: Às 11:00hs do dia 30/04/2020, na sede social da Cia, sito à Praça Tiradentes, nº 10, Sala 304, Parte, Centro/RJ, CEP 20060-070. **Presença:** Acionistas representando a maioria absoluta do capital votante, conforme assinaturas no livro de presenças. **Convocação:** Editais publicados nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Diário Comercial-RJ e Monitor Mercantil-SP nos dias 13, 14, 15 e 16/04/2020. **Mesa Diretora:** Presidente: Bernardo Simões Birman; Secretário: Fabiano de Moraes Goulart, OAB/RJ nº 98.994. **Ordem do Dia:** a) Deliberar, discutir e aprovar o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Externos relativos ao exercício findo em 31/12/2019; b) Deliberar, discutir e aprovar a destinação do pre-

juízo contábil concernente do exercício social findo em 31/12/2019; e c) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia. **Deliberações Unâni-mes:** a) Aprovação do Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Externos, relativos ao exercício findo em 31/12/2019, devidamente publicados nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Diário Comercial-RJ e Monitor Mercantil-SP no dia 30/03/2020; b) Aprovação do prejuízo contábil concernente ao exercício findo em 31/12/2019 no valor de R\$ 163.357,22, o qual será transferido para a conta de prejuízos acumulados; e c) Fixada a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria em R\$ 30.000,00. A Cia destaca que os CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO (AGO arquivada na JUCERJA em 11/06/2018 sob nº 00003210411) e DIRETORES (RCA arquivada na

JUCERJA em 11/06/2018 sob nº 00003210408) eleitos em 2018, permanecem com seus mandatos vigentes até a realização da AGO e RCA, respectivamente, de 2021, nos termos do Estatuto Social da Cia. **Encerramento:** Não havendo mais nenhuma manifestação, dissidência ou protestos, e mais nada a tratar, encerraram-se os trabalhos dos quais se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros da mesa e por todos os acionistas presentes. RJ, 30/04/2020. Ass.: **CEMISA PARTICIPAÇÕES LTDA.** [Bernardo Simões Birman/Administrador] e **ARBI RIO INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA.** [Bernardo Simões Birman/Administrador] **Certidão:** Eu, Fabiano de Moraes Goulart, OAB/RJ nº 98.994, Secretário da Assembleia, CERTIFICO que a presente AGO foi registrada na JUCERJA em 18/08/2020 sob o nº 00003917227, Bernardo Feijó Sampaio Berwanger - Secretário Geral da JUCERJA. Id: 2269078



NOVA Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Francisco Luiz do Lago Viégas
Diretor Presidente

Alexandre Augusto Gonçalves
Diretor Administrativo

Tarimar Gomes Cunha
Diretor Financeiro

Homero de Araujo Torres
Diretor Industrial

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS: As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio ou Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO : Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à **Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais** - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901 Tels.: (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ: Atendimento das 09:00 às 17:00 horas

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 Edifício Garagem Menezes Cortes Tels.: (0xx21) 2332-6548, 2332-6550 e Fax: 2332-6549	NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 360, 1º piso, loja 132, Shopping Bay Market - Centro, Niterói/RJ. Tels.: (0xx21) 2719-2689, 2719-2693 e 2719-2705
---	---

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO: cm/col _____ **R\$ 132,00**
cm/col para Municipalidades _____ **R\$ 92,40**

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL _____	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS _____	R\$ 199,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) _____	R\$ 199,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) _____	R\$ 199,00 (*)

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.

OBS.: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionalismo público (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último contracheque.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assin